



BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS** **2019**

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	3
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2019.....	11
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, cujo lucro líquido do semestre foi de R\$ 17.448 (R\$ 29.095 mil em 30 de junho de 2018), os ativos totais, R\$ 8.142.181 (R\$ 7.804.465 mil em 30 de junho de 2018) e a carteira de crédito R\$ 1.417.345 (1.722.080 mil em 30 de junho de 2018). Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 27 de agosto de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018	Passivo	Nota explicativa	2019	2018
Circulante		5.445.059	6.048.145	Circulante		4.129.569	4.382.114
Disponibilidades		39.188	46.391	Depósitos		13	1.926.771
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.182.572	2.416.586	Depósitos à vista		77.995	77.826
Aplicações no mercado aberto		2.604.406	2.110.165	Depósitos a prazo		1.848.776	2.323.403
Aplicações em depósitos interfinanceiros		489.965	101.296	Depósitos em moeda estrangeira		—	2.961
Aplicações em moeda estrangeira		88.201	205.125	Captações no mercado aberto		14	—
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		124.992	852.028	Carteira de terceiros		—	21.701
Carteira própria	6.a	72.622	330.818	Relações interfinanceiras		666	638
Vinculados a prestação de garantias	6.d	52.356	515.465	Recebimentos e pagamentos a liquidar		666	638
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	14	5.745	Relações interdependências		53.491	30.748
Relações interfinanceiras		167.443	687.192	Recursos em trânsito de terceiros		53.491	30.748
Depósitos no Banco Central		1.730	1.678	Obrigações por empréstimos		15.a	1.096.039
Pagamentos e recebimentos a liquidar		4	5	Empréstimos no exterior		1.096.039	597.546
Correspondentes no país		457	251	Obrigações por repasses do exterior		15.b	76.436
Repasses interfinanceiros	7	165.287	688.476	Repasses do exterior		76.436	425.998
Provisão para perdas em Repasses Interfinanceiros	7	(35)	(3.218)	Instrumentos financeiros derivativos		6.b	39
Operações de crédito	8	629.117	897.884	Instrumentos financeiros derivativos		39	15.925
Setor privado		629.845	899.141	Outras obrigações		976.127	885.368
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(728)	(1.257)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.586	2.675
Outros créditos		1.300.508	1.146.825	Carteira de câmbio		9	852.399
Carteira de câmbio	9	1.279.281	1.122.643	Sociais e estatutárias		18.b	1.529
Rendas a receber		1.949	2.412	Fiscais e previdenciárias		16.a	46.548
Negociação e Intermediação de Valores		3.128	9.067	Negociação e intermediação de valores		16.c	2.780
Diversos	10	17.255	13.210	Dívidas subordinadas		16.c	—
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(1.105)	(507)	Diversos		16.b	70.285
Outros valores e bens	11	1.239	1.239	Exigível a longo prazo		2.239.879	2.447.186
Despesas antecipadas		1.200	1.207	Obrigações por repasses no país		15.c	5.341
Outros		39	32	Repasses no país - BNDES/FINAME		5.341	6.507
Realizável a longo prazo		2.688.638	1.745.971	Obrigações por repasses do exterior		15.b	2.081.164
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	498.397	536.038	Repasses do exterior		2.081.164	1.564.790
Aplicações em depósitos interfinanceiros		498.397	536.038	Instrumentos financeiros derivativos		6.b	152.208
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.803.967	549.368	Instrumentos financeiros derivativos		152.208	102.365
Carteira própria	6.a	1.331.931	548.243	Outras obrigações		1.166	773.524
Vinculados Prestação de Garantias	6.d	433.107	—	Dívidas subordinadas		16.c	—
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	38.929	1.125	Diversos		16.b	1.166
Relações Interfinanceiras	7	24.885	94.432	Resultado de exercícios futuros		2.410	4.860
Repasses interfinanceiros		24.895	94.452	Resultados de exercícios futuros		2.410	4.860
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros		(10)	(20)	Patrimônio líquido		1.770.326	970.305
Operações de crédito	8	318.025	509.907	Capital Social		18	1.559.699
Setor privado		318.463	511.919	De domiciliados no país		2	2
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(438)	(2.012)	De domiciliados no exterior		1.559.697	793.817
Outros créditos		43.300	55.860	Reservas de lucros		187.590	173.810
Diversos	10	43.300	55.860	Hedge de fluxo de caixa		4.147	—
Outros valores e bens	11	64	366	Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		6.a	(152)
Despesas antecipadas		64	366	Ajuste passivos atuariais		24	(6.440)
Permanente		8.487	10.348	Ajustes variação cambial investimento no exterior		8.034	8.391
Investimentos		123	123	Lucros (Prejuízos) acumulados		17.448	—
Outros investimentos no país		123	123	Total do passivo		8.142.184	7.804.465
Imobilizado de uso	12.a	2.252	3.266				
Outras imobilizações de uso		9.772	9.567				
Depreciações acumuladas		(7.520)	(6.301)				
Intangível	12.b	6.112	6.960				
Ativos Intangíveis		16.696	16.089				
Amortizações acumuladas		(10.584)	(9.129)				
Total do ativo		8.142.184	7.804.465				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		<u>138.205</u>	<u>492.336</u>
Operações de crédito	20.a	30.697	100.077
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b	153.483	128.304
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	20.c	(39.693)	164.423
Resultado de operações de câmbio	20.d	(6.282)	99.532
Despesas da intermediação financeira		<u>(63.713)</u>	<u>(409.332)</u>
Operações de captação no mercado	20.e	(60.175)	(74.272)
Operações de empréstimos e repasses	20.f	(2.751)	(343.790)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.e	(787)	8.730
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>74.492</u>	<u>83.004</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(40.720)</u>	<u>(31.589)</u>
Receitas de prestação de serviços	20.g	15.674	18.003
Despesas de pessoal	20.h	(32.182)	(33.053)
Outras despesas administrativas	20.i	(22.275)	(15.445)
Despesas tributárias	20.j	(9.799)	(5.373)
Outras receitas operacionais	20.k	10.566	6.504
Outras despesas operacionais	20.l	(2.704)	(2.225)
Resultado operacional		<u>33.772</u>	<u>51.415</u>
Resultado não operacional		<u>20.m</u>	<u>181</u>
Resultado antes da tributação			<u>33.953</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>19</u>	<u>(15.333)</u>
Imposto de Renda			(8.224)
Contribuição Social			(4.818)
Ativo Diferido Fiscal			(2.291)
Participações estatutárias			<u>(1.172)</u>
Lucro líquido do semestre			<u>17.448</u>
Quantidade de ações			<u>1.559.699</u>
Lucro por lote de mil ações - R\$			<u>11,19</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido ajustado	<u>75.981</u>	<u>56.005</u>
Resultado do semestre	17.448	29.095
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	<u>58.533</u>	<u>26.910</u>
Ajuste ao valor de mercado de TVM e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	33.866	(9.232)
Resultado em ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.520	7.444
Ajuste de provisão para créditos de liquidação duvidosa	787	(8.730)
Ajuste de provisão (Reversão) para operações interfinanceiras	11	1.426
Ajuste de Provisão (Reversão) para garantias financeiras prestadas	(471)	(1.003)
Depreciações e amortizações	1.338	785
Ajuste de provisão para riscos fiscais	186	213
Ajuste de provisão para passivos contingentes	972	1.503
Tributos diferidos	626	6.431
Provisão para imposto de renda e contribuição social	13.042	15.019
Atualização monetária/Reversão de depósitos judiciais	(327)	(293)
Provisões/Reversões para gratificação de pessoal	(1.969)	(453)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	3.033	7.300
Outros	1.919	6.500
Variação de ativos e obrigações	<u>(1.542.028)</u>	<u>(208.348)</u>
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(340.795)	(232.461)
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	(107.564)	(39.922)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras (Ativos/Passivos)	50.404	(171.493)
(Aumento) redução em operações de crédito	20.816	251.530
(Aumento) redução em operações da carteira de câmbio e negociação e intermediação de valores (Ativos/Passivos)	(358.843)	(96.122)
(Aumento) redução em outros créditos e outros valores e bens	(3.484)	(4.810)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.329)	(21.225)
(Redução) aumento em outras obrigações	(782.233)	106.155
Disponibilidades líquidas provenientes ou (aplicadas) nas atividades operacionais	<u>(1.466.047)</u>	<u>(152.343)</u>
(Aquisição) alienação de imobilizado intangível	(323)	(5.086)
(Aquisição) alienação de imobilizado de uso	(177)	(134)
Disponibilidades líquidas provenientes ou (aplicadas) nas atividades de investimentos	<u>(500)</u>	<u>(5.220)</u>
Integralização de capital	765.880	35.000
Pagamento de juros sobre capital próprio	–	(35.000)
Aumento (Redução) em depósitos	(250.547)	245.629
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	–	(196.391)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	1.079.716	475.387
Disponibilidades líquidas provenientes ou (aplicadas) nas atividades de financiamentos	<u>1.595.049</u>	<u>524.625</u>
Aumento das disponibilidades	<u>128.502</u>	<u>367.062</u>
Disponibilidades no início do período	49.279	31.275
Equivalente de caixa no início do período	2.554.014	1.963.344
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no início do período	2.603.293	1.994.619
Disponibilidades no final do período	39.188	46.391
Equivalente de caixa no final do período	2.689.574	2.307.990
Efeito Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	3.033	7.300
Total das disponibilidades e equivalente de caixa no final do período	2.731.795	2.361.681
Variações em disponibilidades líquidas e equivalente de caixa no período	<u>128.502</u>	<u>367.062</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Reserva Lucros				Outros Resultados Abrangentes			
	Capital	Lucros			Ajuste atuariais	Ajuste variação cambial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
		realizado	Legal	Estatutárias	Próprios	Ganhos e perdas - Hedge		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>758.819</u>	<u>9.187</u>	<u>135.528</u>	<u>(70)</u>	–	<u>(5.322)</u>	<u>752</u>	<u>–</u>
Aumento capital	35.000	–	–	–	–	–	–	35.000
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	–	–	–	(60)	–	–	–	(60)
*Ajuste passivos atuariais	–	–	–	–	–	(263)	–	–
Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior	Resolução 4.524	–	–	–	–	–	7.639	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	29.095
Reserva legal	18.c	–	1.455	–	–	–	–	(1.455)
Reserva estatutária	18.d	–	–	27.640	–	–	–	(27.640)
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>793.819</u>	<u>10.642</u>	<u>163.168</u>	<u>(130)</u>	–	<u>(5.585)</u>	<u>8.391</u>	<u>–</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>793.819</u>	<u>11.331</u>	<u>176.259</u>	<u>(628)</u>	–	<u>(6.440)</u>	<u>8.391</u>	<u>–</u>
Aumento capital	765.880	–	–	–	–	–	–	765.880
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos	–	–	–	476	4.147	–	–	4.623
Ajuste variação cambial investimentos no exterior	–	–	–	–	–	–	(357)	–
Resolução 4.524	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	17.448
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>1.559.699</u>	<u>11.331</u>	<u>176.259</u>	<u>(152)</u>	<u>4.147</u>	<u>(6.440)</u>	<u>8.034</u>	<u>17.448</u>
								<u>1.770.326</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco") está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento, nos termos da Resolução nº 1.524/88 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Em 18 de janeiro de 2012, o Banco recebeu autorização do Banco Central do Brasil para a instalação de uma agência nas Ilhas Cayman. A documentação de aprovação para a instalação da agência foi emitida em 08 de janeiro de 2013. O Banco iniciou efetivamente, as atividades operacionais na agência em setembro de 2013. Os saldos contábeis das dependências no exterior estão contemplados nas demonstrações financeiras.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, consideram as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/08, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: • Resolução CMN nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01); • Resolução CMN nº 3.604/08 - Demonstração dos fluxo de caixa (CPC 03); • Resolução CMN nº 3.759/09 - Divulgação de partes relacionadas (CPC 05); • Resolução CMN nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25); • Resolução CMN nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); • Resolução CMN nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações (CPC 10); • Resolução CMN nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23); • Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); • Resolução nº 4424/15 Benefícios a empregados (CPC 33); • Resolução CMN nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02); • Resolução CMN nº 4.534/16 - Ativo Intangível (CPC 04); • Resolução CMN nº 4.535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27). A autorização para emissão das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2019 foi concedida pela Diretoria em 27 de agosto de 2019.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Banco adota as seguintes principais práticas contábeis na elaboração de suas demonstrações financeiras: a Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional e de apresentação do Banco é o Real. As operações realizadas pela agência no exterior (Cayman) possuem como moeda funcional Dólar, porém para efeitos da apresentação e consolidação no Banco o valor é convertido para reais de acordo com a taxa de câmbio de venda informada pelo Banco Central do Brasil. O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com a resolução CMN nº 4.524/16. b. Apuração dos resultados: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata die" para as despesas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial exceto aquelas relativas a títulos descontados, ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas ate a data do balanço c. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacionais, estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. d. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos ate a data do balanço. e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: • Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativo e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre. • Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não se enquadram na categoria de títulos para negociação nem são mantidos ate o vencimento são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários. • Títulos mantidos ate o vencimento - Títulos e valores mobiliários para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira ate o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes competitivos. Instrumentos Financeiros Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não-negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em Bolsa de Valores são usados, dentro dos limites estreitos e periodicamente revisados, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Esses limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são reportados diariamente à alta administração. De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e a Carta Circular BACEN nº 3.026, de 5 de julho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Swap e Non Deliverable Forward ("NDF") e também Futuros, contabilizados com os seguintes critérios: - Operações com futuros: Os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas. - Operações Swap e Non Deliverable Forward: Diferencial a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata die" ate a data do balanço. As operações com instrumentos derivativos, efetuadas por solicitação de clientes ou por conta própria, que atendam ou não aos critérios de proteção (hedge) à exposição global de riscos e que não caracterizem como operações associadas de acordo com as premissas divulgadas pela circular nº 3.150/2002 do BACEN, são avaliadas pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou desvalorização conforme segue: - Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge, em conta de receita ou despesa, resultado do semestre. - Instrumentos financeiros considerados como hedge: - De risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de hedge e que sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do semestre. - De fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. - No momento da designação inicial do hedge, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no inicio do relacionamento de hedge, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento. f. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação a cada operação, seus devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). O Banco possui políticas e procedimentos definidos para concessão de crédito, aprovados por seu Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do Banco. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do "Obligor Grade" - "grading" do cliente, considerando os aspectos qualitativos e quantitativos. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações das operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas

contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. O Banco contabiliza provisão sobre as garantias prestadas e operações de fianças, utilizando como critério, as mesmas políticas, observando, no mínimo, as premissas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação e seus devedores, conforme já mencionado acima. g. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo: São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. h. Ativo imobilizado: É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do semestre. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens. As principais taxas anuais de depreciação são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. i. Ativo diferido: É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizados pelo prazo contratual de locação. j. Ativo intangível: O ativo intangível corresponde aos gastos com aquisições e desenvolvimentos de sistemas, amortizados linearmente pela taxa anual de 20% e por beneficiárias em imóveis de terceiros que é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização acumulada calculada até a data de encerramento do semestre, amortizadas pelo prazo contratual de locação. k. Redução do valor recuperável de ativos não monetários: É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período em que forem observados. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. l. Atualização monetária de direitos e obrigações: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre. m. Depósitos e captações no mercado aberto: Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die". n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, a qual aprovou o CPC nº 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: - Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização. - Contingências passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente, como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração por considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. - Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base nos extratos bancários dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. o. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registrar e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitem a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social foram computados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro e estão apresentados como "Outros créditos - diversos" conforme demonstrado na nota explicativa nº 19b. Os benefícios fiscais provenientes do direito de compensação de outras diferenças temporárias somente são reconhecidos quando efetivamente utilizados, conforme descrito na nota explicativa nº 19c. p. Plano de benefícios a funcionários: O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo Banco de complemento dos benefícios do sistema de previdência. Plano de Benefício Definido: Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado. A deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados. O Banco Central emitiu em 25 de junho de 2015 a Resolução CMN nº 4.424 onde ele define que as instituições financeiras devem observar a partir de 1º de janeiro de 2016 o "Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). O Banco adota as premissas e os efeitos da adoção do CPC 33 (R1) desde 2013.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Disponibilidades	39.188	46.391
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.692.607	2.315.290
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.731.795	2.361.681

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações no mercado aberto, em 30 de Junho de 2019 e de 2018, estão compostas como segue:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Aplicações no mercado aberto				
Posição bancada				
Letras do Tesouro Nacional	2.604.406	—	—	2.604.406
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2.604.406	—	—	2.604.406
Letras Financeiras do Tesouro	803.276	—	—	803.276
(*) Aplicações de depósitos interfinanceiros	1.751.123	—	—	1.751.123
Não ligadas	50.007	—	—	50.007
Aplicações em moeda estrangeira	207.621	282.344	498.397	988.362
Total	2.900.228	282.344	498.397	3.680.965

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

2018					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Aplicações no mercado aberto	2.110.165	—	—	2.110.165	
Posição bancada	2.088.465	—	—	2.088.465	
Letras do Tesouro Nacional	988.381	—	988.381		
Notas do tesouro Nacional - Série B	1.100.084	—	1.100.084		
Posição financiada	21.700	—	21.700		
Letras Tesouro Nacional	21.700	—	21.700		
(* Aplicações de depósitos interfinanceiros	—	101.296	536.038	637.334	
Não ligadas	—	101.296	536.038	637.334	
Aplicações em moeda estrangeira	205.125	—	—	205.125	
Total	2.315.290	101.296	536.038	2.952.624	

(*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de hedge accounting, no montante de R\$ 1.171 (R\$ 646 em 30 de junho de 2018), conforme nota explicativa 6.c.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Títulos e valores mobiliários: O Banco não adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários com o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2019 e de 2018, está classificada na categoria títulos disponíveis para venda e está apresentada como segue:

2019					
	Valor de Mercado			(*) Ajuste a valor de mercado	Valor do Custo
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	(atualizado)
Títulos disponíveis para venda	3 meses	12 meses	12 meses	Total	(atualizado)
Carteira própria:					
Letras Financeiras do Tesouro	—	71.991	1.331.876	1.403.867	(196)
Notas do Tesouro Nacional - Série F	—	—	55	55	—
Cotas de fundos de participação - FIP	—	631	—	631	(10)
Total	72.622	1.331.931	1.404.553	(206)	1.404.759
Vinculados à prestação de garantias					
Letras Financeiras do Tesouro	—	52.356	433.107	485.463	(47)
Total	—	52.356	433.107	485.463	(47)
Total	124.978	1.765.038	1.890.016	(253)	1.890.269

2018					
	Valor de Mercado			(*) Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado (contábil)
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	(contábil)
Títulos disponíveis para venda	3 meses	12 meses	12 meses	Total	(contábil)
Carteira própria:					
Letras Financeiras do Tesouro	230.367	100.451	547.624	878.442	(182)
Cotas de fundos de participação - FIP	—	—	619	619	(22)
Total	230.367	100.451	548.243	879.061	(204)
Vinculados à prestação de garantias					
Letras Financeiras do Tesouro	515.465	—	—	515.465	(33)
Total	515.465	—	515.465	(33)	515.499

(*) Os títulos classificados na categoria disponíveis para venda possuem o valor de ajuste a valor de mercado registrado em contas de patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários são apurados da seguinte forma: • Títulos indexados à Taxas SELIC e DI - O valor de mercado é obtido pela atualização do preço unitário de emissão pela SELIC acumulada no período, considerando o ágio ou deságio obtido junto ao mercado. O ágio ou deságio utilizado é obtido claramente da expectativa da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais para cada vencimento no dia anterior ao cálculo. • Títulos indexados a taxas prefixadas - O valor de mercado é obtido através da taxa de desconto do(s) fluxo(s) futuro de pagamento do papel. A taxa é apurada através da curva de juros pré da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e em casos de títulos privados adicionado o risco de crédito da contraparte. • Cotas de fundos de investimentos - O fundo de investimento é avaliado com base no último valor de cota divulgado pelo respectivo administrador, na data do balanço do patrimônio do respectivo fundo. Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC). As cotas de fundos estão registradas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). b. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos derivativos, compostos de operações de Swap e Non Deliverable Forward - NDF, encontram-se custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão. A partir de março de 2016, o Banco passou a operar no mercado de futuros, através da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Abaixo segue os instrumentos financeiros derivativos explanados acima, registrados em contas patrimoniais e de compensação, em 30 de junho de 2019 e 2018:

2019					
	Valor a Receber	Valor a Pagar	Valor Nominal	Valor Nominal	
Operações de SWAP	14.551	(114.467)	1.396.540	588.993	
CDI x DÓLAR	3.398	—	205.005	—	
CDI x LIBOR	—	(34.268)	157.815	157.815	
CDI x PRE	—	(597)	3.388	6.850	
DÓLAR x CDI	—	(72.866)	327.887	339.518	
PRE x DÓLAR	6.467	(5.959)	277.735	77.310	
LIBOR x DÓLAR	—	(777)	189.360	—	
PRE x CDI	4.686	—	235.350	7.500	
Operações de NDF	19.549	(29.443)	2.875.731	500.690	
DÓLAR x DÓLAR	—	(151)	7.836	—	
DÓLAR x PRE	5.618	(28.035)	2.031.381	—	
EURO x PRE	—	(43)	6.557	—	
PRE x DÓLAR	13.169	(1.214)	780.797	411.264	
PRE x IENE	701	—	38.119	86.103	
PRE x EURO	61	—	11.041	3.323	
Total	34.100	(143.910)	4.272.271	1.089.683	

1- Composição de valor nominal por vencimento

2019					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Valor Nominal
Operações de SWAP	13.610	360.496	1.022.434	1.396.540	
CDI x DÓLAR	10.000	—	195.005	205.005	
CDI x LIBOR	—	—	157.815	157.815	
CDI x PRE	753	830	1.805	3.388	
DÓLAR x CDI	2.857	146.341	178.689	327.887	
PRE x DÓLAR	—	200.425	77.310	277.735	
LIBOR x DÓLAR	—	—	189.360	189.360	
PRE x CDI	—	12.900	222.450	235.350	
Operações de NDF	1.582.342	1.279.032	14.357	2.875.731	
DÓLAR x PRE	1.164.663	852.361	14.357	2.031.381	
EURO x PRE	—	6.557	—	6.557	
DÓLAR x DÓLAR	7.836	—	—	7.836	
PRE x DÓLAR	385.694	395.103	—	780.797	
PRE x IENE	13.108	25.011	—	38.119	
PRE x EURO	11.041	—	—	11.041	
Total	1.595.952	1.639.528	1.036.791	4.272.271	

2- Composição do valor nominal por local de negociação

2019					
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal	2018
	338.775	1.057.765	1.396.540	588.993	
Swaps	338.775	2.875.731	500.690	500.690	
NDF	—	—	—	—	
Total	338.775	3.933.496	4.272.271	1.089.683	

3- Comparação entre valor de custo e o valor de mercado: Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro bem como o resultado dos contratos de Swap e NDF são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

2019			
	Ativo (Receber)	Passivo (pagar)	2018
	Valor de Custo	Ajuste a valor de Mercado	Valor de Mercado
Ativo (Receber)	34.100	4.843	38.943
Operações de SWAP	14.551	2.875.731	3.008.677
Operações de NDF	19.549	(8.337)	(119.265)
Total	34.100	4.843	3.008.677

2019					
	Local de negociação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Futuros- Valor referencial	B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão	4.211.694	2.613.073	1.340.371	8.165.138
Compra	2.274.607	1.806.745	1.075.110	5.156.461	
Cupom Cambial	—	641.779	1.058.404	1.700.183	
Moeda Estrangeira	1.688.084	—	—	1.688.084	
Taxa de Juros	586.523	1.164.966	16.706	1.768.194	
Venda	1.937.087	806.328	265.261	3.008.677	
Cupom Cambial	1.921.696	620.020	20.357	2.562.073	
Moeda Estrangeira	15.391	—	—	15.391	
Taxa de Juros	48.634	78.218	215.008	341.860	

A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é efetuada descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros por metodologia de mercado à qual se baseia principalmente em dados divulgados pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão. O ajuste de marcação a mercado apurados com instrumentos financeiros derivativos referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019 foi de R\$ (11.320) (R\$ 9.258) em 30 de junho de 2018, e registrado em contas de resultado. Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, são influenciados diretamente pelas taxas de juros de mercado praticadas por ocasião de sua negociação, bem como pela variação da taxa do dólar, estão assim compostos.

Resultado					
	Instrumentos financeiros derivativos	Receita	Despesa	Líquido	2018
"Swap"	14.507	(12.409)	2.098	37.471	(7.405)
"NDF"	72.239	(55.037)	17.202	12.563	(26.632)
Mercado de Futuros	1.261.489	(1.320.482)	(58.993)	1.020.923	148.426
	1.348.235	(1.387.928)	(39.693)	1.070.957	(906.534)
					164.423

c. Hedge accounting: Em 30 de junho de 2019 e 2018, o Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito de variação cambial das

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

mercado da captação em moeda estrangeira com operações de Swap e Futuros, designadas instrumentos de "hedge", em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02, c.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador - Hedge de risco de mercado:

Vencimentos - Valor de Mercado - 2019

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Swap	Ponta: "PRE"	(3.041)	(2.641)	(308)	(5.990)
Total		(3.041)	(2.641)	(308)	(5.990)

Itens Objeto de "hedge"

Ativo

Operações de crédito

Valor atualizado pelas condições pactuadas	5.493	9.823
Valor do ajuste	471	535
Valor de mercado	5.964	10.358

Total Valor a mercado Objeto de "hedge"

Instrumentos de "hedge" a mercado

Passivo

Swap	(5.990)	(10.386)
Total Valor a mercado Instrumento de "hedge"	(5.990)	(10.386)

Vencimentos - Valor de Mercado - 2019

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	853.503	674.910	-	1.528.413
Futuros	Taxa de Juros	(2.999)	(31.177)	-	(34.176)

Itens Objeto de "hedge"

Ativo

Aplicações depósitos interfinanceiros	30.024	30.024
Valor atualizado pelas condições pactuadas	30.024	30.024
Valor do ajuste	1.171	(646)

Passivo

Operações de repasse	(1.528.203)	(1.494.474)
Valor atualizado pelas condições pactuadas	(1.528.203)	(1.494.474)
Valor do ajuste	(8.133)	34.839

Total Valor a mercado Objeto de "hedge"

Instrumentos de "hedge" a mercado

Ativo

Futuros	1.528.413	1.434.383
Total Valor a mercado Instrumento de "hedge"	1.494.237	1.403.717

c.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador - Hedge de fluxo de caixa:

Vencimentos - Valor de Mercado - 2019

Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	58	217.258	17.885	235.201
Total		58	217.258	17.885	235.201

Itens Objeto de "hedge"

Passivo

Operações de repasse	(238.525)	
Valor atualizado pelas condições pactuadas	(238.525)	

Instrumentos de "hedge"

Ativo

Futuros	235.201	
Total Valor a mercado Instrumento de "hedge"	235.201	

O valor de R\$ 4.147 em Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de hedge. d. Valor e tipo de margem dados em garantia: O montante de margem depositado em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na B3 - Brasil, Balcão em 30 de junho de 2019 e de 2018 tem a seguinte composição:

Valor de mercado

2019 2018

Titulos disponíveis para venda		
Letras Financeiras do Tesouro	332.473	371.585
Total	332.473	371.585

Demais montantes depositados em garantia, incluindo garantia de fiança, em 30 de junho de 2019 e de 2018, têm a seguinte composição:

Valor de mercado

2019 2018

Titulos disponíveis para venda		
Letras Financeiras do Tesouro	152.990	143.880
Total	152.990	143.880

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é calculado com base em cotações de preços de mercado ou de agentes de mercado e modelos de precificação desenvolvidos pela administração, que utilizam modelos matemáticos de interpolação de taxas para prazos intermediários.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Refere-se a operações de repasse de empréstimo do exterior, à Instituição Financeira no país e no exterior (agência em Cayman), e estão assim demonstradas já considerando as respectivas provisões, os valores provisionados são baseados nas premissas da Resolução CMN nº 2.682/99 e totalizam o montante de R\$ 45 (R\$ 3.238 em 2018):

2019 2018

A vencer:		
Até 30 dias	87	20.080
De 31 a 60 dias	373	288.795
De 61 a 90 dias	58	57.907
De 91 a 180 dias	-	279.929
De 181 a 360 dias	164.734	38.547
Acima de 360 dias	24.885	94.432
Total	190.137	779.690

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2019 e de 2018, estão assim demonstradas:

a. Por operação

Descrição	2019	2018
Conta garantida	14.695	20.569
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 63)	115.796	116.459
Repasses de recursos BNDES - FINAME - FINEM e EXIM - Outros	5.344	6.511
Comprar	22.230	23.594
Capital de giro	438.549	570.437
Financiamentos em moeda estrangeira	62.274	279.530
Notas de Créditos para Exportação - NCE	289.420	393.870
(* Total de operações de crédito	948.308	1.411.060
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 9)	466.008	305.822
Rendas a receber sobre adiantamentos (nota explicativa nº 9)	3.501	5.198
Total da carteira de crédito	1.417.817	1.722.080

(*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de hedge accounting, no montante de R\$ 472 (R\$ 535 em 30 de junho de 2018), conforme nota explicativa 6.c.

b. Por vencimento

	2019	2018
A vencer:		
Até 30 dias	106.643	81.205
De 31 a 60 dias	279.152	403.016
De 61 a 90 dias	65.101	233.372
De 91 a 180 dias	220.921	307.500
De 181 a 360 dias	427.537	185.068
Acima de 360 dias	318.463	511.919
Total	1.417.817	1.722.080

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 30 de Junho de 2019 representam 93,64% da carteira de crédito (93,18% em 30 de Junho de 2018), no montante de R\$ 1.327.199 (R\$ 1.609.676 em 2018).

c. Por nível de risco ("rating")

Nível de risco	2019		2018		
	% mínimo de provisão	Total das operações	% da carteira constituída	Provisão operações	% da carteira constituída
AA	-	1.415.203	99	2.253	99
A	0,5	2.614	1	18	1
Total		1.417.817	100	2.271	1.722.080

d. Por setor de atividade

	2019	2018
Setor privado:		
Indústria	1.165.768	1.354.405
Comércio	211.482	335.887
Outros serviços	40.567	31.788
Total	1.417.817	1.722.080

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo inicial	1.484	12.506
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(285)	(9.817)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.072	1.087
Saldo final	2.271	3.776

9. CARTEIRA DE CÂMBIO (OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

As operações de câmbio estão registradas em contas patrimoniais, conforme segue:

	2019	2018
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	1.190.049	850.765
Direitos sobre venda de câmbio	95.608	280.652
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(9.877)	(13.972)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 8 a)	3.501	5.198
Total	1.279.281	1.122.643
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	94.814	286.097
Obrigações por compra de câmbio	1.223.592	784.099
Adiantamento sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 8 a)	(466.008)	(305.822)
Valores a pagar em moeda estrangeira	1	-
Total	852.399	764.374

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Estão representados pelos valores a seguir:

	2019	2018
Crédito tributário - Base negativa IR e CSLL (vide nota explicativa nº 19 b)	20.461	31.352
Devedores por depósitos em garantia (vide nota explicativa nº 17)	16.532	17.007
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	8.430	7.386
Outros créditos tributários	10.548	8.377

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

12. PERMANENTE

Em 30 de junho de 2019 e de 2018 está assim representado:

a. Imobilizado em uso

Descrição	2019		2018	
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Sistema de processamentos de dados	20	5.898	(4.574)	1.324
Móveis e equipamentos de uso	10	1.651	(1.173)	478
Sistema de comunicação	10	299	(139)	160
Sistema de segurança	10	300	(290)	10
Sistema de transporte	20	1.624	(1.344)	280
Total	9.772	(7.520)	2.252	3.266

b. Intangível

Descrição	2019		2018	
	Taxa anual de depreciação %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	11.639	(6.959)	4.680
Direito de Uso	20	664	(632)	32
Benefitoria	20	4.393	(2.993)	1.400
Total	16.696	(10.584)	6.112	6.960

13. DÉPÓSITOS

Composição por vencimento em 30 de junho de 2019 e de 2018:

Descrição	2019			2018		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (*)	Depósitos em moeda estrangeira	Depósitos à vista	Depósitos a prazo (*)	Depósitos em moeda estrangeira
Sem vencimento	77.995	—	—	77.826	—	2.961
Até 30 dias	—	65.571	—	—	67.148	—
De 31 a 60 dias	—	66.124	—	—	75.280	—
De 61 a 90 dias	—	106.598	—	—	99.164	—
De 91 a 180 dias	—	280.051	—	—	437.265	—
De 181 a 360 dias	—	488.134	—	—	469.944	—
Acima de 360 dias	—	842.298	—	—	1.174.602	—
Total	77.995	1.848.776	—	77.826	2.323.403	2.961

(*) A carteira de depósitos a prazo foi classificada no passivo circulante, em virtude de estarem em sua totalidade, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com cláusula de resgate antecipado.

14. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Títulos	2019		2018	
	Carteira terceiros	Total	Carteira terceiros	Total
Letras do Tesouro Nacional	—	—	21.701	21.701
Total	—	—	21.701	21.701

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As captações de recursos do exterior são basicamente realizadas mediante utilização de linhas de crédito concedidas pelo acionista Sumitomo Mitsui Banking Corporation, como segue: a. Obrigações por empréstimos no exterior: O saldo em 30 de junho de 2019 de US\$ 286.096 (US\$ 157.200 em 2018) é composto por financiamentos às exportações e importações, com vencimentos até 30 de abril de 2020, sujeitos às taxas de juros de até 3,055% a.a., acrescidos de variação cambial para essas operações. O saldo em 30 de junho de 2019 é de R\$ 1.096.039 (R\$ 597.546 em 2018). b. Obrigações por repasses do exterior: Os repasses do exterior, em 30 de junho de 2019, correspondem a US\$ 560.981 (US\$ 514.603 em 2018). Tais obrigações, convertidas à taxa oficial de compra no fim do período, são regidas pela Resolução CMN nº 3.844/00 e estão sujeitas às taxas de juros que variam de 1,32% a.a. até 3,38% a.a., acrescidos de variação cambial, com vencimentos até 05 de julho de 2022. O saldo em 30 de junho de 2019 é de R\$ 2.157.600 (R\$ 1.990.788 em 2018). c. Obrigações por repasses no país: Os repasses no país são compostos por financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade EXIM e FINAME, com vencimento até 15 de janeiro de 2024 e taxas de juros de até 1,80% a.a., no montante de R\$ 5.341 (R\$ 6.507 em 2018).

	2019		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Obrigações por empréstimos no exterior	1.096.039	—	1.096.039
(*) Obrigações por repasses do exterior	76.436	2.081.164	2.157.600
Obrigações por repasses no país	—	5.341	5.341
Total	1.172.475	2.086.505	3.258.980

	2018		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Obrigações por empréstimos no exterior	597.546	—	597.546
(*) Obrigações por repasses do exterior	425.998	1.564.790	1.990.788
Obrigações por repasses no país	—	6.507	6.507
Total	1.023.544	1.571.297	2.594.841

(*) Os valores apresentados consideram o ajuste a mercado tido para operações de hedge accounting, no montante de R\$ 8.132 (R\$ 34.830) em 30 de junho de 2018), conforme nota explicativa 6.c.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a. Fiscais e previdenciárias

Descrição	2019		2018	
	Exigível a longo prazo	Total	Exigível a longo prazo	Total
Provisão para imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 19 a)	13.042	14.448	9.485	9.216
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 17)	3.131	3.068	733	689
PIS Compensação (nota explicativa nº 17)	309	257	207	584
PIS emenda constitucional (nota explicativa nº 17)	876	371	142	60
Imposto Sobre Serviços - ISS	16.564	17.258	187	273
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre operações de renda fixa	23	10	1.206	1.830
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	374	490	269	71
Programa de Integração Social	46.548	48.625	46.548	48.625
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19 c)	—	—	—	—
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	—	—	—	—
Impostos e contribuições - serviços de terceiros	—	—	—	—
Impostos e contribuições sobre salários	—	—	—	—
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGCU	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—
Total	46.548	48.625	46.548	48.625

b. Diversas

Descrição	2019		2018	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Provisão para riscos civis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	39.334	—	39.334	35.685
Provisão para despesas de pessoal	16.099	—	16.099	9.677
Provisão para despesas gerais	934	—	934	1.519
Passivos atuariais	11.480	—	11.480	10.738
Garantias prestadas (nota explicativa nº 23)	2.273	1.166	3.439	3.006
Diversas	165	—	165	619
Total	70.285	1.166	71.451	61.244

c. Dívidas subordinadas elegíveis a capital: Em 05 de abril de 2019, o Banco realizou a liquidação dos empréstimos com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation NY: • No valor de US\$ 40 milhões, tal empréstimo era considerado como dívida subordinada, integrante do nível II do patrimônio de referência do Banco; • No valor de US\$ 160 milhões, o qual também era integrante do nível II do patrimônio de referência do Banco. Ambos os empréstimos estavam autorizados com base nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278 de 31 de outubro de 2013. O saldo de liquidação em 05 de abril de 2019 dos dois empréstimos foi de R\$ 780.868.

17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAL, CÍVEL E TRABALHISTA

Entre os processos judiciais que envolvem o Banco, há processos de natureza fiscal, cível e trabalhista. Os valores de provisão e respectivos depósitos judiciais estão demonstrados como segue:

Descrição	Provisão		Depósitos judiciais	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para riscos fiscais:	—	—	4.510	4.260
ISS - RJ (a)	—	—	98	94
ISS - SP (b)	—	—	2.141	2.660
Obrigações legais:	—	—	—	—
Desmutualização Cetip (h)	111	104	—	—
PIS compensação (c)	3.131	3.068	—	—
PIS emenda constitucional (d)	733	689	—	—
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	9.276	9.017	9.276	9.017
Total	13.349	12.972	15.927	15.937

Provisão para riscos:

Cíveis (f)	34.185	30.892	—	—
Trabalhistas (g)	5.149	4.794	605	1.070
Total	39.334	35.686	605	1.070

Total de provisões e depósitos judiciais

(a) O Banco possui processos fiscais relacionados ao Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, onde são cobrados impostos sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica rateio de resultados internos. A Administração entende, com base na opinião dos seus consultores jurídicos de que as chances de êxito desse processo são possíveis e, portanto não foi efetuado provisão, mantendo, entretanto, o depósito judicial, requerido para andamento do processo na esfera jurídica cujo montante atualizado em 30 de junho de 2019 é de R\$ 4.510 (R\$ 4.260 em 30 de junho de 2018). (b) A provisão se refere a uma parte do processo em discussão relacionado ao Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004, onde o Banco entende ser provável o desembolso financeiro. Com relação a parte não provisionada no montante de R\$ 2.230, a administração entende com base na opinião dos seus consultores jurídicos, que as chances de êxito desses processos são possíveis e remotas, e, portanto não efetuou o provisão. O depósito judicial, já descontados os levantamentos do período, requerido para andamento do processo na esfera jurídica representa o montante de R\$ 2.141 (R\$ 2.660 em 30 de junho de 2018). (c) Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC 17/97, o qual discute a inconstitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2017, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do recurso em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, cujo montante, atualizado em 30 de junho de 2019, é de R\$ 733 (R\$ 689 em 30 de junho de 2018). (d) O Banco questiona a majoração de aliquotas de 18% para 30% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Foi constituída provisão relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em discussão judicial. De acordo com a opinião dos consultores jurídicos, as chances de perdas relacionadas a esta discussão judicial passa a ser remota (possível em 30 de junho de 2018) em função de sentença favorável, transitado em julgado no STF, com repercussão geral sobre o tema. O depósito judicial associado ao caso corresponde ao mesmo montante de R\$ 9.276 (R\$ 9.017 em 30 de junho de 2018). (e) Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC 17/97, o qual discute a inconstitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2017, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do recurso em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, cujo montante, atualizado em 30 de junho de 2019, é de R\$ 34.185 (R\$ 30.892 em 30 de junho de 2018). (f) A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. A Administração, consubstancial na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados e são adequados em cada situação. O montante atualizado em 30 de junho de 2019 é de R\$ 34.185 (R\$ 30.892 em 30 de junho de 2018). (g) A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado em 30 de junho de 2019 é de R\$ 5.149 (R\$ 4.794 em 30 de junho de 2018). (h) O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre à desmobilização das ações do Cetip, sendo que o montante para 30 de junho de 2019 é de R\$ 111 (R\$ 104 em 30 de junho de 2018).

Movimentação das provisões e das obrigações legais

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Constituição de provisão

Atualização monetária

Reversões operacionais

Saldo em 30 de junho de 2019

	2019			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
13.163	5.919	32.444	51.526	
58	683	-	741	
128	8	1.741	1.877	
-	(1.461)	-	(1.461)	
13.349	5.149	34.185	52.683	

	2018			
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total
12.759	4.571	29.611	46.941	
132	21	-	153	
81	202	1.282	1.564	
12.972	4.794	30.892	48.658	

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2019, foi deliberado o aumento do capital social do Banco, passando de R\$ 793.819 para R\$ 1.559.699, mediante a emissão de 765.880.800 ações novas, ordinárias e nominativas, cujo valor unitário de cada ação foi de R\$ 1,00 (um real). O capital social em 30 de junho de 2019 está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Quantidade de ações (mil)

Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	1.559.697
Acionistas domiciliados no país	2
Total	1.559.699

b. Dividendos: De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. O valor será apurado no final do exercício de dezembro de 2019. c. Reserva legal: A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O valor será apurado no final do exercício de dezembro de 2019. d. Reserva estatutária: A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O valor será apurado no final do exercício de dezembro de 2019.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a despesa com imposto de renda e contribuição social foi assim apurada:

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação apóis participações e JCP	32.781	32.781	50.320	50.320
Provisão de passivos contingentes	(3.588)	(3.588)	2.322	2.322
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.073	1.073	72	72
Provisões temporárias	(1.748)	(1.748)	(11.023)	(11.023)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	11.319	11.319	9.258	9.258
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"	26.908	26.908	(18.490)	(18.490)
Despesas não dedutíveis	4.811	3.639	5.772	4.568
Operações BM&F	(24.168)	(24.168)	8.208	8.208
Outras adições/(exclusões)	(327)	(327)	-	-
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(14.118)	(13.766)	(13.932)	(13.571)
Lucro tributável	32.943	32.123	32.507	31.664
Imposto de renda - 15% (nota explicativa nº 3n)	4.941	-	4.876	-
Adicional de imposto de renda - 10%				
(nota explicativa nº 3n)	3.282	-	3.239	-
Contribuição social -20% (nota explicativa nº 3n)	-	-	-	6.333
Total	8.224	4.818	8.115	6.333

b. Créditos tributários: Os créditos tributários foram constituídos em 30 de junho de 2012, no valor de R\$ 76.113 tomando-se por base o total de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A Administração, baseada no estudo técnico elaborado, entende que esses créditos tributários serão passíveis de compensação no prazo de até 10 anos. Os valores encontram-se apresentados na rubrica "Outros créditos - diversos".

1. Composição do crédito tributário em 30/06/2019:

	2019		2018	
	Prejuízo fiscal		2019	2018
Base negativa de contribuição social			12.935	19.171
Total			7.526	12.181

2. Previsão de realização do crédito tributário em 30/06/2019:

	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2019	3.530	3.477	7.007
2020	9.165	4.049	13.214
2021	240	-	240
Subtotal	12.935	7.526	20.461

3. Movimentação do crédito tributário: A realização dos créditos tributários está ocorrendo conforme os valores estimados no respectivo estudo e suas premissas.

	Saldo em 31/12/2018	(Realizações)	Saldo em 30/06/2019
	Constituições		
Prejuízo fiscal	16.465	(3.530)	12.935
Base negativa CSLL	9.591	(2.065)	7.526
Total	26.056	(5.595)	20.461

Movimentação do resultado com ativos fiscais diferidos:

Realização do prejuízo fiscal - IR	3.530
Realização da base negativa - CSLL	2.065
Demais Créditos Tributários	(3.304)
Total	2.291

4. Valor presente do crédito tributário:

Exercício	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Total
2019	3.493	3.441	6.934
2020	8.967	3.962	12.929
2021	233	-	233
Total	12.693	7.403	20.096

c. Outros créditos tributários: O Banco possui ainda, créditos e obrigações fiscais diferidas nos montantes de R\$ 10.548 e R\$ 16.564 (R\$ 8.262 e R\$ 17.258 em 2018) e, respectivamente, que estão relacionados exclusivamente com os ajustes ao valor de mercado das operações com títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068, e ao valor de mercado de instrumentos derivativos de acordo com a circular nº 3.082. As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionadas ao plano de aposentadoria de benefícios e dos benefícios pós-emprego referente ao Plano de Assistência Médica nos quais o Banco é patrocinador (conforme CVM 600 e 695/2015) também estão sendo considerados. Existem ainda créditos tributários não ativados, substancialmente sobre provisões para contingências no montante de R\$ 21.325 (R\$ 22.123 em 2018), devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

20. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a. Operações de crédito

	2019	2018
Rendas de empréstimos	31.927	67.960
Rendas de financiamentos e repasses	(1.230)	32.117
Total	30.697	100.077

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2019	2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	86.134	75.917
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	67.349	52.387
Total	153.483	128.304

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2019	2018
Receitas com operações de Swaps, Futuros e NDF	1.348.235	1.070.957
Despesas com operações de Swaps, Futuros e NDF	(1.387.928)	(906.534)
Total	(39.693)	164.423

d. Resultado de operações de câmbio

	2019	2018
Rendas de câmbio	25.341	102.614
Despesas de câmbio	(31.623)	(3.082)
Total	(6.282)	99.532

e. Operações de captação no mercado

	2019	2018
Despesas com depósitos a prazo	(58.281)	(69.395)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(229)	(17)
Despesas com operações compromissadas	(416)	(3.292)
Despesas com contribuição ao fundo garantidor de crédito	(1.249)	(1.568)
Total	(60.175)	(74.272)

f. Operações de empréstimos e repasses

	2019	2018
Despesas com repasses do BNDES	(59.202)	(55)
Despesas com empréstimos e repasses no exterior	64.922	(350.525)
Despesas com dívida subordinada	(8.470)	(11.793)
Ajuste Hedge Objeto Repasses e Empréstimos	-	19.083
Despesas com Redesconto	(1)	-
Total	(2.751)	(343.790)

g. Receita de prestação de serviços

	2019	2018
Receitas de tarifas e serviços	1.143	1.064
Receitas de intermediação de negócios (vide nota explicativa nº 21a)	4.208	4.977
Rendas de garantias prestadas	10.323	11.962
Total	15.674	18.003

h. Despesas de pessoal

	2019	**2018**

<tbl_r cells="3" ix="5"

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

k. Outras receitas operacionais

	2019	2018
Reversão de provisões passivos contingentes	1.461	930
Reversão de provisões garantias prestadas	471	1.003
Reversão de provisões operacionais	6.651	3.210
Multas indenizatórias	1.303	645
Atualização depósitos judiciais	327	362
Recuperação de encargos e despesas	353	257
Outros	—	97
Total	10.566	6.504

I. Outras despesas operacionais

	2019	2018
Despesas com provisões operacionais - passivos contingentes	(56)	(80)
Despesas com processos trabalhistas	(683)	(476)
Atualização monetária de provisões (fiscal, cível e trabalhista)	(1.878)	(1.636)
Outras	(87)	(33)
Total	(2.704)	(2.225)

21. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com controladores (diretas e indiretas)

Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	Ativo/(passivo)	Receita/(despesa)	2019	2018
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	16.290	24.171	—	—
Aplicações em moeda estrangeira no exterior	53.649	205.125	6.222	8.698
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios-vde (nota explicativa nº 20.g)	2.342	2.684	4.208	4.977
Obrigações por empréstimos no exterior	(1.096.039)	(597.546)	15.760	(82.205)
Obrigações por repasses do exterior	(2.137.999)	(1.917.279)	(9.642)	(246.200)
Dívida subordinada	—	(776.687)	(8.470)	(11.793)
Total	(3.161.757)	(3.113.532)	8.708	(326.523)

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Para atendimento da Resolução nº 4.636/18 e também ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, foi definido como pessoal-chave dessa instituição, todos os membros que compõem sua Diretoria. O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2019, manteve fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos). Benefícios de curto prazo a diretores:

	2019	2018
Proventos	1.740	2.236
Remuneração variável	1.594	3.152
Contribuições ao INSS/FGTS	1.013	1.436
Total	4.347	6.824

Benefícios pós emprego: De acordo com o regulamento do Fundo de Pensão, os diretores podem optar pela participação no Plano de Previdência Complementar de benefício definido, patrocinado integralmente pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. nas mesmas condições dos demais funcionários do Banco (nota explicativa nº 24). O Banco não concede benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. c. Outras informações: Conforme Resolução nº 4.693/18, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições relacionadas nos itens, demonstrados abaixo: a) As operações de crédito com partes relacionadas, ressalvados os casos previstos na legislação ou na regulamentação específica, somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes da mesma perfis das respectivas instituições; b) O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e em instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais: • 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e • 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica. Considera-se independente o diretor ou conselheiro de administração que atenda, no mínimo, às seguintes condições, em ambas as contrapartes: I - não detenha participação qualificada, não seja acionista controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação qualificada, nem cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas "a" e "b"; e d) beneficiário de remuneração, além da relacionada à atividade de conselheiro independente e a eventual participação societária. Em 30 de junho de 2019, não foram efetuados pelo Banco, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares. Os membros da Diretoria, não possuem qualquer participação acionária no Banco.

22. LIMITES OPERACIONAIS

Índice da Basileia: O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.193/13 e 4.192/13, apresentando índice de Patrimônio em relação aos Ativos Ponderados, conforme segue:

	30/06/2019	30/06/2018
Risco de Crédito	3.882.152	4.291.344
Risco de Mercado	863.175	751.279
Risco Operacional	340.183	336.928
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	5.085.510	5.379.551
Parcela RbaN	7.412	14.907
Patrimônio de Referência Níveis I e II (PR)	1.738.011	1.708.682
Patrimônio de Referência Exigido (RWA*10,5%)	406.841	564.853
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	1.331.170	1.143.829
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	34,18%	31,76%

* O percentual mínimo exigido para Patrimônio de Referência de 2019 é de 8% e 2,5% referente ao Adicional de Conservação de Capital (2018 - 8,625% e 1,875%).

23. GARANTIAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES POR CRÉDITOS ABERTOS PARA IMPORTAÇÃO

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, as fianças prestadas pelo Banco totalizam:

	2019	2018
No País	1.617.820	1.588.608
No exterior	5.277	17.724
Total	1.623.097	1.606.332

O Banco efetuou provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas garantias de acordo com requerimento da Resolução CMN nº 4.512/16 do CMN e a Carta Circular 3.782/16, os valores são baseados nas premissas da Resolução 2.682 e totalizam o montante de R\$ 3.439 (R\$ 3.006 em 2018):

	2019	2018
	Garantias Prestadas	Garantias Prestadas
	Provisão	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	5.277	17.724
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	193.090	29.686
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	41.722	75.305
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	656.892	(764)
Outras Fianças Bancárias	173.053	50.135
Outras Garantias Financeiras Prestadas	553.063	(2.371)
Total	1.623.097	(3.439)
	1.606.332	(3.006)

Em 30 de junho de 2019, o Banco possuía saldo de R\$ 19 na rubrica de responsabilidade por créditos para importação (R\$ 314 em 2018).

24. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO PATROCINADOS

O exigível atuarial da Entidade foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir. O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base de 31 de dezembro. A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2015, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. O Pronunciamento Técnico CPC 33 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivos das perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido. a. Plano de Aposentadoria: O Banco é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo "benefício definido". No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento. Em 31 de dezembro de 2018, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Descrição

	Plano de Aposentadoria
	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais	53.536
Valor justo dos ativos do plano	(51.809)
Déficit/(Superávit) para planos cobertos	1.727
Ajustes por diferimentos permitidos	—

Efeito do limite de reconhecimento de ativo/passivo oneroso

Passivo (ativo) atuarial líquido

Premissas atuariais:

Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial

8,95% a.a.

10,25% a.a.

7,12% a.a.

7,64% a.a.

Índice estimado de aumento nominal dos salários

4,00% a.a.

4,50% a.a.

Índice estimado de aumento nominal dos benefícios

4,00% a.a.

4,50% a.a.

AT-2000

AT-2000

Suavizada em 10% e segregada por sexo

Suavizada em 10% e segregada por sexo

Tábua "Mercer"

Tábua "Mercer"

0,30/(tempo de serviço + 1)

0,30/(tempo de serviço + 1)

10% na 1ª data de elegibilidade

à aposentadoria antecipada;

3% entre a 1ª elegibilidade

à aposentadoria antecipada e normal;

100% na data de elegibilidade

à aposentadoria normal.

Probabilidade de ingresso em aposentadoria

Análise de Sensibilidade: O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% aa):

Análise de Sensibilidade

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	1.801	1.605
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(1.909)	(1.518)
Impacto na Duration média da Obrigação de Benefício Definido (em anos)	14,4	13,97
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	14,7	13,69
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	14,7	13,69

b. Plano de Saúde: Até novembro de 2017, o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos dos Arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém permanece um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

Descrição	Plano de Saúde	
	31/12/2018	31/12/2017
Passivo (Ativo) atuarial líquido	8.286	8.914
Total	8.286	8.914
Premissas atuariais/Hipóteses Atuariais		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,12% aa	10,25% aa
Índice estimado de inflação	4,00% aa	4,50% aa
Tábuas Biométrica de Rotatividade	0,15/(Tempo de Serviço) + 1	0,15/(Tempo de Serviço) + 1
Tábuas biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos
AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%	segregada por sexo e desagravada em 10%	segregada por sexo e desagravada em 10%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 9,20% aa	Decrescendo de 10,25% aa a 5,04% aa
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100%	Aposentadoria: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	Desligamento: 100%	Desligamento: 100%
Composição Familiar - Ativos	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Diferença de Idade Titular/Cônjugue	90% Casados	90% Casados
Composição Familiar Aposentados	4 anos	4 anos
	Família Real	Família Real

25. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL, RISCO DE MERCADO, RISCO DE CRÉDITO E DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Risco operacional: Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, comportamento humano e sistemas, ou ainda, proveniente de eventos externos. Nesta definição, inclui-se o risco legal. A estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional é considerada um fator estratégico e competitivo para o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. e está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco estabelecida e aprovada, no mínimo anualmente, pela Diretoria do Banco nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, se reportando diretamente à Diretoria do Banco. É importante ferramenta para o gerenciamento eficaz do capital econômico e regulatório do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. O Gerenciamento de Risco Operacional do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota um modelo de gestão em parceria com as áreas de negócios do Banco, proporcionando assim uma visão clara da divisão dos papéis e responsabilidades táticas e estratégicas entre as áreas de negócios e a área de Gestão de Risco Operacional, possibilitando a coordenação e cooperação de todos do Banco na redução de perdas operacionais e duplicidade nas atividades. Neste modelo de gestão, a área de Gestão de Risco Operacional é responsável por: i. Definir as estrutura, políticas e ferramentas para o gerenciamento de risco operacional; ii. Efetuar testes periódicos e independentes dos controles dos riscos identificados; iii. Elaborar relatórios periódicos; iv. Coordenar os comitês de gerenciamento de risco operacional instituídos no Banco; v. Consolidar e monitorar as perdas ocorridas no Banco. A Diretoria, alinhada à sua Política de Governança Corporativa, reconhece, participa e é responsável pela contínua melhoria dessa estrutura, visando garantir o cumprimento dos objetivos e metas traçados e a segurança e qualidade aos clientes, acionistas e partes relacionadas com o Banco. Com relação ao cálculo de requerimento de capital para Risco Operacional, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adotou o modelo de cálculo com base na Abordagem do Indicador Básico, também conhecida como "BIA". As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. Risco de Mercado e Líquidez: O Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação de preços, índices e taxas sobre os descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. adota uma política e uma exposição bastante conservadora aos fatores de risco de mercado. O Risco de Líquidez é a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de o Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade

no mercado. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Líquidez é representada por uma unidade específica no Banco, independente da área de negócios e auditoria, e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. É responsável pelo gerenciamento de risco de mercado, liquidez e de crédito, tendo como responsabilidade assegurar práticas prudentes e técnicas idôneas de controles de risco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A política de Gerenciamento de Risco de Mercado e Líquidez é pautada no controle diário das posições de risco de mercado do Banco, no controle dos Limites para posições, dividido em Limites para exposição à taxa de juros e exposição em taxas de câmbio, além de Limites/Diretrizes para "Stop Loss". Além disso, o Departamento de Gerenciamento de Risco monitora o risco de mercado também através da metodologia de Value at Risk (VAR) paramétrico e testes de estresse. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Líquidez foi implementada de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.557/17, sendo aprovada e revisada no mínimo, anualmente, pela Diretoria do Banco. Com o intuito de garantir a implantação das diretrizes e políticas vigentes, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. tem implementado o Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que se reúne mensalmente, com a participação de membros da Diretoria, e extraordinariamente sempre que necessário. Dentre seus objetivos estão a deliberação sobre a política de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez, política de gerenciamento de ativos e passivos, a garantia da observância de limites/diretrizes para o risco de mercado e liquidez, assegurar que o Banco mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez e verificação de procedimentos no tratamento de novos produtos e sua estrutura de gerenciamento de riscos. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Mercado e Líquidez do Banco constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas. Risco de crédito: O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O Risco de Crédito está fortemente relacionado com outros tipos de risco, como o Risco de Mercado e de Líquidez. Estes tipos de riscos, muitas vezes, derivam do Risco de Crédito e podem se manifestar simultaneamente. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. É representada por uma unidade específica, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Diretoria do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pela instituição, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está implementada de forma a manter as políticas, procedimentos e sistemas para o monitoramento e controle de risco de crédito de acordo com as regras vigentes, assegurando assim, que o risco de crédito é identificado, mensurado, monitorado, controlado e reportado à Diretoria, de forma a permitir o adequado tratamento do risco como um dos vetores de crescimento e rentabilidade. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito contempla políticas e estratégias claramente definidas e devidamente documentadas e revisadas, estabelecendo limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco, procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria do Banco. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Risco Crédito do Banco, bem como a responsabilidade da Diretoria pelas informações divulgadas, constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. Gerenciamento de capital: O gerenciamento de capital é definido como um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital foi implementada nos moldes da Resolução CMN nº 4.557/17, aprovada e revisada, no mínimo, anualmente pela Diretoria do Banco. A estrutura de gerenciamento de capital está sob a responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Riscos, independente da área de negócios e auditoria e se reporta diretamente à Vice-Presidência do Banco. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo Banco, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do Banco e das empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Tem como objetivo identificar e avaliar todos os riscos relevantes do Banco de acordo com políticas e estratégias para manter o capital compatível com os riscos incorridos. O Banco no intuito de adotar uma postura prospectiva, e antecipar-se a necessidade de capital, tem estabelecido o Comitê de Novos Produtos e Serviços, com a participação permanente do Departamento de Gerenciamento de Riscos, onde é feita uma análise do produto e/ou serviço antes de sua implantação no Banco. O Banco não adota Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) segundo Artigo 6º da Resolução CMN nº 4.557/2017. O Departamento de Gerenciamento de Riscos acompanha o comportamento da carteira diariamente, e em caso de discrepâncias, comunica a Alta Administração imediatamente de forma a dar tratamento adequado à adequação de capital. As informações relacionadas à Estrutura de Gerenciamento de Capital constam em relatório de acesso público, disponível no site eletrônico www.smbcgroup.com.br. A Diretoria do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. é responsável por todas as informações divulgadas.

A DIRETORIA

CONTADOR

Wilson Okada • CRC: 1SP/238910-O

RELATÓRIO SEMESTRAL DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2019

Introdução: De acordo com o estabelecido em seu Regulamento, compete ao Comitê de Auditoria ("Comitê") zelar pela qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** (doravante Banco), pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e *Compliance*, dos assessores jurídicos do Banco e nas suas próprias análises. A KPMG Auditores Independentes é a empresa de auditoria independente contratada para o exame das Demonstrações Financeiras do Banco, preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, e em cumprimento às normas editadas pelo Banco Central do Brasil. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos, oferecendo, ao Comitê, uma visão crítica da qualidade dos processos e do monitoramento dos riscos. **Atividades do Comitê:** Em sessão realizada em 21 de agosto de 2019 em conjunto com nossos auditores internos e externos foram apresentados os trabalhos de revisão das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019 realizados pela equipe da KPMG Auditores Independentes. Em seu encerramento, foi recomendada a aprovação das demonstrações financeiras por parte de nossos auditores externos e o Comitê de Auditoria considerou apropriada sua qualidade para oficial divulgação. **Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas:** Os relatórios requeridos pelos reguladores e preparados pelo Corporate Affairs & Compliance Department concluíram que o Sistema de Controles Internos do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, está adequadamente estruturado para garantir o efetivo gerenciamento dos riscos, das operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros. Dentre os apontamentos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa e pelo Corporate Affairs & Compliance Department não indicaram descumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem colocar em risco a continuidade das operações do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**. O sistema de controles internos do Banco vem sendo aprimorado continuamente e os procedimentos já implementados, bem como aqueles ainda estão em fase de implantação, são compatíveis com

o porte e a complexidade das operações. **Auditória Externa:** O Comitê mantém, diretamente e/ou indiretamente através de seu Membro Técnico, um canal de comunicação regular com os auditores externos para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. Com base na avaliação procedida e nas informações fornecidas pela própria KPMG Auditores Independentes, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria externa. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela auditoria externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das Demonstrações Financeiras. **Auditória Interna:** O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a análise dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento, profissional, responsabilidades, independência, objetividade, execução e conclusão dos trabalhos foi analisado pelo Comitê de Auditoria. O resultado desse processo não trouxe, ao Comitê preocupações no tocante aos pontos examinados. A Auditoria Interna, através de seus relatórios, não trouxe ao conhecimento do Comitê, a existência de riscos residuais que pudessem afetar o grau de solidez e a continuidade das operações do Banco. **Demonstrações Financeiras:** O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balanços e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco na elaboração das Demonstrações Financeiras, verificando-se que estão de acordo com as práticas vigentes no Brasil, e em cumprimento às normas editadas pelo Banco Central do Brasil. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras auditadas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 21 de agosto de 2019.

COMITÊ DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomados com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6Carlos Massao Takauthi
Contador - CRC 1SP206103/O-4

BANCO SUMITOMO MITSUI BRASILEIRO S.A.

C.N.P.J. 60.518.222/0001-22

Associado ao SUMITOMO MITSUI BANKING CORPORATION - Tokyo - Japão

Sede: Av. Paulista nº 37 - 11º e 12º andares - São Paulo

Fax nº 0xx11 - 3178-8194 - Tel.: 0xx11 - 3178-8000 - Ouvidoria: 0800.722.2762 - Sac: 0800.722.0248

www.smbcgroup.com.br



BANCO SUMITOMO MITSUI
BRASILEIRO S.A.